

Sant'Anna vai comandar ação do governo na Constituinte

Da Sucursal de Brasília



O presidente José Sarney delegou ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a condução de toda a estratégia governamental no Congresso constituinte. Os dois estiveram reunidos ontem, entre 10h45 e 11h15, no Palácio do Planalto, como fazem às segundas-feiras.

Durante o encontro, Sant'Anna comunicou ao presidente que viajaria hoje à Bahia para almoçar com o governador Waldir Pires (BA). "É a reunião?", perguntou Sarney, referindo-se à reunião do ministério que acontece hoje às 10h, no Palácio do Planalto. Em seguida, avisou ao parlamentar que ele estava convocando para o encontro.

Da reunião ministerial participaram também os líderes do PMDB e do PFL na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente deputados Luiz Henrique (PMDB-SC) e José Lourenço (PFL-BA), e os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Carlos Chiarelli (PFL-RS). O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), não foi convidado para a reunião do ministério. A explicação do Planalto é que ele não faz parte do Conselho Político do presidente, ao contrário dos demais.

Prazo

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), esteve ontem às 10h15 no gabinete do presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, para solicitar a dilatação no prazo dos trabalhos das comissões da Constituinte. Acompanharam Maciel o secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MS), e os líderes pefelistas —deputado José Lourenço



Ulysses Guimarães recebe o presidente do PFL, Marco Maciel (à esq.)

(BA) e o senador Carlos Chiarelli (RS).

Não foi o primeiro pedido que Ulysses recebeu neste sentido. Na última semana, os pequenos partidos, assim como Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), haviam apresentado solicitação semelhante. Pelo regimento interno do Congresso constituinte, os

relatores das comissões apresentarão seus relatórios no próximo dia 15 de junho.

Não há prazo previsto para apresentação de emendas aos relatórios. O prazo para apresentação de emendas aos pareceres das subcomissões encerrou-se ontem às 24h, antes que os constituintes tivessem conheci-

mento dos termos do relatório que será apresentado em cada uma das oito comissões.

Pré-relatórios

A proposta de Maciel é que seja encurtado em alguns dias o prazo previsto para os trabalhos da Comissão de Sistematização —que tem, até o momento, trinta dias previstos para a redação do primeiro projeto de Constituição que será apresentado ao plenário. Assim, após o dia 15, os parlamentares disporiam de um certo período para apresentarem emendas aos relatórios, que seriam novamente apreciados pelas comissões antes do envio à Comissão de Sistematização.

Em duas comissões, Ordem Econômica e Organização do Estado, já foram feitos acordos informais. Os seus relatores, respectivamente senador Severo Gomes (PMDB-SP) e senador José Richa (PMDB-PR), apresentarão "pré-relatórios" aos membros de suas comissões, que serão consolidados no dia 15 —se for mantido o atual cronograma— em relatórios finais.

Como Ulysses Guimarães não deu resposta aos pedidos de dilatação do prazo até o final da manhã de ontem, o líder do governo Carlos Sant'Anna preparava, em seu gabinete, dezenas de emendas que seriam apresentadas, até as 24h, por constituintes do "centro democrático" nas diversas comissões. Segundo Sant'Anna, para cada tema polêmico —"por exemplo, o sistema de governo"—, o grupo apresentaria várias "emendas alternativas". No caso do sistema de governo, o "centro democrático" preparava ontem propostas de parlamentarismo, presidencialismo e um sistema misto com variações nos poderes do presidente da República.

No encontro que manteve com Ulysses Guimarães, Marco Maciel apresentou também uma proposta de que na futura Constituição sejam estabelecidas "algumas regras que fortaleçam os partidos".

Soberania

Senador critica anteprojeto do relator

O senador João Menezes (PFL-PA), centro, segundo o levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro, disse que vai articular um movimento para derrubar o anteprojeto do relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, e aprovar um substitutivo. Ontem, João Menezes foi o primeiro a criticar o conceito de propriedade contido no primeiro esboço preparado por Bisol, classificando-o de "socializante". De acordo com a proposta do relator gaúcho, o uso impróprio dos bens de produção "importa a perda da propriedade em favor do Estado", distinguindo "bens de produção" dos "bens de uso particular e familiar".

Já o deputado José Mendonça Bezerra (PFL-PE), de centro-direita, disse que o conceito de família presente no esboço feito por Bisol, e distribuído ontem à comissão, é contra os "padrões cristãos". Mendonça Bezerra disse que o conceito cristão de família é um contrato de convivência firmado na Igreja e na Justiça. Ele afirmou também que a expressão "baseado na igualdade entre homem e mulher", presente no projeto do relator, não é correta. "Homens e mulheres são diferentes e isto é o que permite a união sexual", disse ele.

O deputado Costa Ferreira (PFL-MA) apoiou o senador João Menezes, mas disse que Bisol ouviu as opiniões contrárias ao seu texto de maneira "impassível, impecável".

Organização do Estado

Novos prazos desagradam comissão

Sem questões polêmicas para decidir, a Comissão de Organização do Estado recebeu ontem com desgosto a informação oficial de que a votação final do seu projeto será retardada em 48 horas. Os membros da comissão pretendiam antecipar-se aos prazos oficiais e votar o parecer do relator José Richa (PMDB-PR) no dia 9 de junho. Entretanto, a decisão do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, de permitir a apresentação de emendas aos pareceres atropelou a sua pretensão.

O prazo inicial para Richa apresentar seu parecer se esgotaria sábado (6 de junho), mas ele o faria até quinta-feira. Com isso, a comissão

ganhariá dois dias para discutir e votar o parecer —no máximo até quinta da próxima semana— e a perspectiva era de consenso. Agora, com o prazo para novas emendas, poderão surgir propostas diferentes, com a necessidade de novos debates.

Até o final da tarde de ontem, tinham sido apresentados 190 emendas —previa-se trezentas até o final do prazo, à meia-noite. No sábado (e não mais na quinta), Richa apresentará seu parecer e, até lá, não haverá reuniões. A segunda e a terça serão destinadas a emendas e a quarta e a quinta ao parecer do relator sobre elas, começando a votação somente na sexta-feira (dia 12).

Sistema de Governo

Fogaça quer mais voto de desconfiança

A primeira emenda apresentada à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo foi a do relator da Subcomissão do Poder Executivo, o senador José Fogaça (PMDB-RS), que propõe mudança no próprio relatório. A proposta modifica o inciso 19 do 10º parágrafo que prevê a exclusão dos ministros militares, das Relações Exteriores e dos Gabinetes Civil e Militar da moção de desconfiança da Câmara.

Cerca de 80% das emendas apresentadas até ontem às 18h referem-se aos relatórios das subcomissões do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Duas emendas, apresentadas pelos deputados Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) e Maguito Vilela (PMDB-GO), referem-se às Forças

Armadas. A emenda de Lima Filho prevê que elas devem ser instituições destinadas unicamente "à defesa militar do país e da ordem constitucional" e a de Maguito Vilela estabelece que o presidente exercerá o comando das Forças Armadas e designará seus oficiais gerais e comandantes "ad referendum" do Congresso Nacional. Somente uma das emendas apresentadas propõe um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, de autoria do deputado José Genoino Neto (PT-SP). Propostas favoráveis ao presidencialismo foram apresentadas pelo deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), pelo senador Maurício Corrêa (PDT-DF) e pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Ordem Social

Estabilidade pode cair na Comissão

Aprovada com facilidade na subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, a estabilidade no emprego não vem encontrando pleno apoio junto aos constituintes da Comissão da Ordem Social. Pelo menos dois deles, Rui Nedel (PMDB-RS) e Osvaldo Bender (PDS-RS), apresentaram emendas ao anteprojeto final da subcomissão visando modificar ou eliminar o princípio da estabilidade do empregado desde a admissão.

Na visão de Osvaldo Bender, a estabilidade no emprego não deve constar da nova Constituição. Sua proposta é de que a lei complementar deve regular a questão da garantia no emprego. Rui Nedel é favorável à estabilidade, mas quer deixar inscrita na Constituição a possibilidade de

existência de contratos de experiência com prazo de um ano.

Os constituintes Antônio Carlos Franco (PMDB-SE) e José Lourenço (PFL-BA) propõem que não conste a estabilidade no texto constitucional. "a garantia da estabilidade não ampara só o bom, mas também o mau empregado, que estaria sendo premiado", diz Lourenço. "A estabilidade irá gerar um exército de semi-funcionários públicos desestimulados para a produtividade", afirma Franco, irmão do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco.

O relator da Comissão, Almir Gabriel (PMDB-PA), prefere não adiantar como definirá a questão da estabilidade no seu parecer.

Organização Eleitoral

Fiúza tenta explicar seu relatório

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), 44, apresentou ontem à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições o anteprojeto produzido pela Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, que encerrou seus trabalhos na semana passada. Fiúza explicou artigo por artigo, como tinham feito os relatores das outras subcomissões (do Sistema Eleitoral e da Garantia da Constituição) que, agora, terão seus pareceres apreciados pela comissão.

Fiúza afirmou que colocou a "segurança nacional na Constituição porque só assim o seu conceito pode ser restringido". À reunião compareceram apenas dezoito dos 63 membros da comissão. Até ontem já se

registravam 58 propostas nesse sentido, mais setenta para o texto das outras duas subcomissões.

O deputado José Genoino (PT-SP) apresentou dezenove sugestões, propondo a supressão da competência da União em "planejar e promover a segurança nacional"; a extinção das Divisões de Segurança e Informações nos ministérios civis e Assessorias de Segurança e Informação nas autarquias e empresas estatais. O deputado Ruy Nedel (PMDB) propôs que os mandatos de presidente, governador e prefeito sejam todos de cinco anos. Propôs também que apenas os partidos com representação proporcional nos municípios e Estados possam concorrer a eleições municipais, estaduais e para o Congresso.

Família, Educação e Cultura

Relator prevê mais de 600 emendas

A Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação deverá receber entre seiscentas e setecentas emendas aos pareceres das subcomissões, segundo previsão do seu relator, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), considerado de centro-esquerda. O prazo para a entrega das emendas termina amanhã. A partir de hoje, Távola trabalha na elaboração do relatório da comissão, que deverá ser entregue à Comissão de Sistematização no próximo dia 8.

A comissão discutiu ontem, em duas sessões, o terceiro e último parecer, da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. As experiências de genética humana, questão levantada pelo relatório, foram considera-

das "um problema delicado" pelo presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), de centro. Pelo relatório, as pesquisas e experiências genéticas humanas deverão ter autorização prévia dos órgãos competentes, sendo proibidas a inseminação "post mortem", a maternidade substitutiva, os bancos de embriões humanos e a fecundação "in vitro".

O divórcio foi outro tema polêmico da reunião de ontem. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), de centro, defendeu o parecer da comissão que prevê a dissolução do casamento dois anos após a separação judicial, litigiosa ou por consenso.

Ordem Econômica

Apresentadas mais de 300 emendas

Mais de trezentas emendas foram apresentadas na Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte até a noite de ontem, quando terminou o prazo. A votação do anteprojeto do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), será iniciada no próximo dia 12. Segundo o presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), o substitutivo do relator poderá receber novas emendas até o dia 9.

Ontem, os parlamentares debateram a desapropriação de terras para fins da reforma agrária, o conceito de empresa nacional e o monopólio estatal do petróleo. Entre as emendas apresentadas, uma do senador Iram Saraiva (PMDB-GO)

dá ao Congresso o poder de autorizar todos os contratos com empresas que tenham participação de capital estrangeiro, no setor mineral.

O deputado Percival Muniz (PMDB-MT) quer que o petróleo existente no território nacional, incluindo a plataforma continental, seja monopólio da União. Ele sugere que o controle do petróleo e derivados pelo Estado seja exercido nas fases de exploração, produção, refino, industrialização e comercialização. A deputada Irma Passoni (PT-SP) propôs que, durante a execução da reforma agrária os trabalhadores participem em todas as instâncias decisórias do governo, "devendo ter no mínimo 50% dos votos nos diversos fóruns de decisão".

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Calabi vai participar de debate hoje

O secretário do Tesouro, Andrea Calabi, participará, hoje, às 17 horas, de um debate na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Até às 18h de ontem —seis horas antes de terminar o prazo regimental— a comissão havia recebido 113 emendas.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) reapresentou todo o anteprojeto aprovado na Subcomissão do Sistema Financeiro, da qual foi relator, dividido em 18 propostas. "Foi tudo picadinho, para que o relator tenha melhores condições para analisá-las e aproveitá-las", afirmou Gasparian.

A reunião de ontem compareceram apenas seis constituintes e por isso ela durou poucos minutos. O presi-

dente da Comissão, Francisco Dornelles (PFL-RJ), afirmou que o relator, deputado José Serra (PMDB-SP), apresentará o substitutivo no próximo sábado, mas que acolherá emendas até a terça-feira, dia nove.

O constituinte Borges da Silveira (PMDB-PR) apresentou emenda estabelecendo que os produtos exportados, que forem favorecidos por isenções, terão seus valores considerados no cálculo de repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

O deputado Costa Ferreira (PFL-MA) apresentou emenda condicionando a autorização para funcionamento de instituições financeiras estrangeiras, no Brasil, à reciprocidade para bancos brasileiros.